

AS ESCOLAS DE SAMBA PAULISTANAS: PARTICIPAÇÃO POPULAR OU INSTITUCIONALIZAÇÃO REGULAMENTAR?

Recebido em: 12/01/2010

Aceito em: 27/07/2010

*Denis Terezani*¹

Instituto Mairiporã de Ensino Superior – IMENSU
Piracicaba – São Paulo

RESUMO: É notável que os desfiles carnavalescos paulistanos passaram por uma institucionalização regulamentar decalcada no modelo carioca, realizada pela Secretaria de Turismo da Prefeitura de São Paulo em 1968. Portanto, nossas indagações buscam desvelar esse momento historicamente situado, objetivando evidenciar as transformações carnavalescas paulistanas após esse período. O estudo apresenta combinação de pesquisa bibliográfica e documental. Enfim, constata-se que o poder público paulistano, a partir de 1968, limitou-se a compreender o carnaval de uma perspectiva unilateral, ou seja, instituindo regulamentos aos desfiles das Escolas de Samba num primeiro momento e, posteriormente, hipervalorizando-as, eximindo de qualquer auxílio, incentivo ou subvenção às demais manifestações carnavalescas como os blocos e cordões, berço cultural do Carnaval Paulistano.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura. Dança. Folclore. Atividades de Lazer.

THE PAULISTANAS SAMBA SCHOOLS: POPULAR PARTICIPATION OR REGULATORY INSTITUTIONALIZATION?

ABSTRACT: It is noteworthy that the São Paulo carnival parades passed through an institutionalized regulatory model modeled in Rio de Janeiro, held by the Secretariat of Tourism of the Municipality of Sao Paulo in 1968. So our questions seek to reveal that time situated in history, aiming to highlight the transformations from Sao Paulo carnival after this period. The study presents a combination of bibliographic and documentary research. Anyway, it appears that the government in São Paulo, since 1968, now comprises the carnival of a unilateral perspective, i.e. establishing regulations to parades of the Samba Schools at first, and then it was over valued to them, releasing any assistance, encouragement or grant other events like the popular carnival celebrations, cultural origin of the Carnival in São Paulo.

KEYWORDS: Culture. Dance. Folklore. Leisure activities.

¹ Mestre em Educação Física pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), tendo como área de concentração - Pedagogia do Movimento, Corporeidade e Lazer. Membro do Grupo de Pesquisa em Lazer (GPL) UNIMEP – CNPQ.

Introdução: Abram alas é Carnaval!

O carnaval de São Paulo?
Eu vi carnaval em São Paulo,
porque hoje em dia é espetáculo
Geraldo Filme²

Este estudo objetiva compreender a descaracterização cultural das manifestações carnavalescas na cidade de São Paulo, buscando como campo específico, as Escolas de Samba Paulistanas. Dessa forma, averiguamos as principais transformações do Carnaval Paulistano, após o ano de 1968, período em que a Prefeitura de São Paulo, na tentativa de legalizar a festa, instituiu regulamentos decalcados do modelo carnavalesco carioca, afastando a festa de momo paulistana das suas raízes culturais que refletiu em profundas mudanças ao longo da segunda metade do século XX.

Para a contextualização dessa manifestação cultural do povo fazem-se necessárias reflexões acerca de sua origem, formação, bem como as transformações ocorridas no carnaval da cidade de São Paulo. Isto para oferecer suporte ao acompanhamento, de forma crítica, dos avanços e retrocessos deste evento, com aprofundamento na existência de possíveis causas.

O estudo apresenta uma abordagem qualitativa de natureza empírica e, devido aos critérios de acessibilidade e representatividade segundo Rudio (2004), o universo em questão se restringe ao Carnaval Paulistano. A pesquisa se estrutura pela combinação de pesquisa bibliográfica embasada nas técnicas – de análises textual, temática, interpretativa e problematização – propostas por Severino (2000), e documental pela análise de conteúdo, pela concepção de Gil (1991). Houve, igualmente, consultas realizadas em meio eletrônico, relacionadas à temática do estudo.

² Geraldo Filme (1928-1995) renomado sambista e compositor do carnaval paulista. A epígrafe faz parte de uma entrevista concedida ao programa “Ensaio”, da TV Cultura de São Paulo, em 1992.

Na revisão de literatura nos atemos às palavras-chave: Cultura do povo, Lazer e Carnaval Paulistano e, ainda, posteriormente, com base na técnica de análise de conteúdo recorreremos aos arquivos pertencentes ao Centro de Documentação e Memória do Samba (CDMS), da União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP)³.

Com esta estrutura a presente pesquisa afirma sua sintonia em busca da construção da cidadania e da plena participação acadêmica na disseminação do conhecimento, entendendo que a análise dos conteúdos culturais, fortemente vinculada ao carnaval e, em especial, aos desfiles das Escolas de Samba Paulistanas possibilita ensaios para o enfrentamento das exasperadas interrogações da sociedade atual.

O Poder Público Municipal no Carnaval Paulistano: Intervenção ou interferência?

Neste estudo temos como marco histórico o ano de 1968, quando os desfiles das Escolas de Samba Paulistanas deixaram de ser patrocinados pelos órgãos de comunicação (jornais, emissoras de rádio e T.V.) e passaram a ser subsidiados pelo poder público municipal, especificamente pela Secretaria de Turismo da Prefeitura de São Paulo.

Simultaneamente a esse período, as mesmas foram estruturadas nos mesmos padrões regulamentares dos desfiles das escolas da cidade do Rio de Janeiro. Isto porque, segundo Morais (1978, p. 71): “[...] pesava de maneira notável o prestígio, até internacional, adquirido pelas Escolas de Samba cariocas. O resultado foi a elaboração

³ A União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 10 de setembro de 1973, com o objetivo de unir as Escolas de Samba e Blocos Carnavalescos da cidade de São Paulo representando-os junto ao poder público. A mesma se situa à Rua Rui Barbosa, 588 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP: 01326-010. Para maiores informações consultar: <http://www.uesp.com.br>. O Centro de Documentação e Memória do Samba (CDMS) oferece gratuitamente ao público, um vasto acervo documental como matérias jornalísticas, revistas, fotos, resultados dos desfiles, notas dos jurados, enredos e samba-enredos, estatutos e material fonográfico. No campo da informática dispõe de um banco de dados sobre os desfiles das agremiações carnavalescas desde 1973.

de normas e regulamentos praticamente decalcados naqueles existentes, na época, no Rio de Janeiro”.

O mesmo autor enfoca o seguinte questionamento: “Diante do exposto (institucionalização regulamentar) pode-se perguntar por que os sambistas aceitaram pacificamente essas normas, uma vez que elas representavam um desencontro com as tradições paulistanas?” (MORAIS, 1978, p. 71).

Entretanto, apresenta as justificativas tomadas pelos próprios sambistas: “[...] o reconhecimento oficial era uma nova ‘carta de alforria’. Espezinhado e marginalizado, o samba de São Paulo queria respirar mais livremente. Os sambistas não estavam interessados em discutir ‘pormenores’” (MORAIS, 1978, p.71).

Entendemos que a festa carnavalesca – valendo-se da sua totalidade, e não somente da espetacularização do carnaval midiático – se manifesta para muitos foliões nos momentos de lazer⁴ e, em especial no Brasil, estando este assegurado enquanto direito do cidadão pela Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

Para elucidarmos esta questão, nos respaldamos no artigo 217 *caput* da Constituição Federal, no seu parágrafo 3º ao declarar que: “[...] o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social” (BRASIL, 1988). Neste caso evidenciamos que o verbo incentivar sugere inúmeras interpretações e, nessa perspectiva, concordamos com Marcellino (2007) quando afirma que a lei é carregada de vícios assistencialistas necessitando, muitas vezes, de justificativas baseadas em critérios de utilidade.

⁴ Adotamos o conceito operacional de lazer formulado por Marcellino (2000, p.1) que o caracteriza, historicamente situado, de uma forma mais ampla e abrangente, dentro de dois aspectos principais: tempo/espaço e atitude, sendo definido como: “Cultura entendida no seu sentido mais amplo, vivenciada, consumida, ou conhecida no tempo disponível, que requer determinadas características como a livre adesão e o prazer, propiciando condições de descanso, divertimento e desenvolvimento tanto pessoal quanto social”. Dessa forma, como a cultura passa a ser compreendida a partir de uma concepção antropológica recorreremos ao sociólogo francês Joffre Dumazedier (1980), quando classifica o conteúdo cultural partindo do interesse dos sujeitos envolvidos, em termos de predominância.

Alicerçado nesses apontamentos, salientamos que o formato de desfile que hoje se sucede, teve grande impulso na década de 1930, durante o governo do então Presidente Getúlio Vargas, pelo qual foram impostos regulamentos almejando relacionar a imagem do Presidente à cultura popular-nacional, com destaque à obrigatoriedade, a partir de 1937, da exaltação ao país nas músicas carnavalescas e nas temáticas a serem apresentadas. (CHAUÍ, 1985; MANZOTTI, 2001; NARLOCH, 2009).

Mussa e Simas (2010) relatam que tais procedimentos, implantados pelo governo e principalmente aceitos pelos sambistas na época, almejavam enaltecer os valores da pátria, utilizando os sambas e os temas/enredos como recursos civilizadores das massas.

Sendo a festa de momo, uma das mais representativas manifestações culturais e de lazer do povo brasileiro, esta sofreu e vem sofrendo inúmeras reformulações ao longo do tempo, segundo cita Melo (2000).

Esse processo é bem discutido por Queiroz (1992) ao defender que o carnaval é uma antiga festa européia que chega aos trópicos via Península Ibérica e, que aportando em terras brasileiras, fruto da colonização, delimita fundamentais transformações culturais em diversas cidades do país.

Independente da legitimidade da sua origem há um ponto em comum; o modelo dos desfiles das Escolas de Samba que atualmente conhecemos e que abarcou espectadores em todo o mundo é fruto do espaço urbano carioca.

Costa (2001, p.211) apresenta uma análise regional, ao retratar os primórdios das escolas de samba em solo carioca:

Sua existência sintetiza o resultado de todas as manifestações que se foram somando ao longo dos tempos. Os cordões, os ranchos, as sociedades,

formaram a amálgama que plasmou essa organização social e artística, inegavelmente peculiar, nascida e criada no Rio de Janeiro.

De acordo com Ferreira (2004) e Cavalcanti (2006) após a década de 1940 há um notável crescimento das agremiações cariocas, hoje chamadas de escolas de samba, que prevalecem como modelo para as distintas agremiações carnavalescas em todo o país, porém, destacamos que as peculiaridades culturais regionalizadas ofereceram características próprias aos desfiles, fato este, por exemplo, ocorrido no Carnaval Paulistano.

Essas peculiaridades culturais nos fazem compreender a Cultura na concepção de Macedo (1982, p.35), entendida em um sentido bastante amplo em que prevalece: “[...] os modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve”.

Já Chauí (1985) nos alerta que a cultura do povo exprime o que a ideologia dominante insiste em ocultar, ou seja, a existência de divisões sociais. Isto porque, a partir do momento que nos deparamos com uma prática cultural de um povo, simultaneamente torna-se inevitável não admitirmos algo que não seja popular, permitindo distinguir diferentes formas de manifestação cultural numa mesma sociedade.

Por certo que, as influências socioculturais, políticas e econômicas, a apropriação por parte da indústria cultural, como a enorme inserção midiática têm permeado as mudanças e os valores das inúmeras manifestações populares no Brasil e no Mundo, principalmente o carnaval, desencadeando novos significados sobre o seu desenvolvimento e sua realização.

Para estes apontamentos, Melo (2000) lança olhares críticos para muitas ações realizadas pelo poder público que, ao invés de investir na indústria cultural deveria priorizar a própria cultura, pois esta é uma das maneiras de se valorizar a autenticidade das camadas populares.

Visando justificar nossas argumentações apresentamos trechos reproduzidos na íntegra das seguintes matérias jornalísticas:

A primeira matéria foi publicada no dia 1º de fevereiro de 1986, pelo Jornal Folha de São Paulo e retrata a desistência da empresa de nome Respaldo, responsável pela organização do carnaval:

A empresa (Respaldo) recuou e não apresentou o documento (para fechamento do contrato), argumentando que teriam prejuízos, pois as escolas de samba não puderam adiar compromissos assumidos em cidades do interior e recusaram a proposta de transferir os desfiles do primeiro grupo para sábado. Sem a alteração, a Respaldo perdeu o grande trunfo que tinha para negociar com as televisões – que preferem no domingo os desfiles do Rio.

A mesma matéria finaliza com o seguinte depoimento do diretor da mesma empresa: “O carnaval acabou se tornando um mau negócio [...] Nós não pensávamos em lucros agora, mas sim em investir na idéia para lucrar em 87”. Nesse sentido, torna-se evidente que o assédio pelos desfiles paulistanos, naquele momento, voltava-se inteiramente à lucratividade dos interessados. Esta foi a primeira tentativa da Prefeitura de São Paulo na cessão dos direitos de organização dos desfiles das Escolas de Samba à empresa privada que, em vão, devido à falta de sucesso teve que reassumir a referida tarefa.

A segunda matéria, pertencente ao periódico Folha da Tarde⁵ (1975) com o título “Paulinho Madrugada luta pelo samba de quadra” apresenta os seguintes dizeres:

“Paulinho, atualmente, também está fazendo um movimento entre outros compositores

⁵ O jornal Folha da Tarde foi um vespertino brasileiro publicado pela Folha de São Paulo e distribuído em São Paulo entre os anos de 1945 e 1999, sendo substituído pelo popular “Agora São Paulo”.

da Escola (Rosas de Ouro) para que só seja levado samba de quadra⁶ e não samba comercial, como vem acontecendo” (VALENTIN, 1975).

Dessa forma, já se tornava evidente o rumo que os desfiles carnavalescos paulistanos iriam trilhar.

O ano de 1968: Divisor de águas para as Escolas de Samba Paulistanas.

O ano de 1968 foi marcado por grandes acontecimentos em todo o mundo como: - a explosão dos movimentos que resultaram em profundas transformações sociais como o Maio francês; - os protestos contra a guerra do Vietnã; - o assassinato do líder Martin Luther King, ambos nos Estados Unidos; - a manifestação conhecida como a Primavera de Praga, na extinta Tchecoslováquia; - os protestos estudantis no Brasil com a Passeata dos 100 mil; - o Ato Inconstitucional Número Cinco, mais conhecido como AI-5. Dentre essas e tantas outras manifestações políticas, culturais e sociais, o Carnaval Paulistano não ficou de fora; sofreu profundas transformações e acabou aderindo às novas propostas que transformariam sua história desde então.

De acordo com as pesquisas bibliográficas e documentais, os desfiles carnavalescos paulistanos sofreram uma institucionalização regulamentar, sendo o primeiro passo a sanção da Lei nº 7.100/67, que destinava a promoção do Carnaval à Secretaria de Turismo da Prefeitura de São Paulo, devidamente regulamentada pelo Decreto nº 7.633/68, na administração do Prefeito José Vicente Faria Lima (carioca, nascido em Vila Isabel e apreciador do samba). O segundo passo foi a criação da Anhembi Turismo e Eventos da cidade de São Paulo S/A, em 1970.

⁶ Tipo de samba com grande representatividade na década de 1970 que surgia em forma de composições espontâneas nas quadras das escolas de samba ao longo de todo o ano

Com isso, nossas indagações buscam desvelar esse momento historicamente situado, objetivando evidenciar as transformações carnavalescas paulistanas após esse período.

Resgatando a história, a capital paulista em 1860 já assistia ao desfile da Sociedade Carnavalesca de Piratininga; em 1933 e 1934 surge o bloco das Baianas Paulistas ou Baianas Teimosas, manifestações que se assemelhavam aos ritmos e estruturas da cidade do Rio de Janeiro; em contrapartida, o batuque – som característico do samba – assumiu características próprias em cada região (MORAIS, 1978).

Na cidade de São Paulo, nas décadas de 1910 e 1920, fase heróica dos folguedos, somente o carnaval da burguesia se servia da cobertura da imprensa. A grande maioria dos foliões lutava para organizar tal festividade no espaço urbano. Esta informação nos é oferecida por Simson (1990, p. 180):

Um levantamento realizado nos periódicos da época mostrou que estes noticiavam com destaque o carnaval da burguesia: O curso na Avenida Paulista e os bailes em clubes e teatros. Se referiam, às vezes, também ao carnaval do Brás que começava a se salientar como um importante centro de folia momesca. Quanto aos folguedos negros não havia referência a eles, a não ser simples menção na seção policial, quando alguma briga ou conflito com a polícia era registrado.

Por outro lado, devido a insistência dos foliões das classes populares pela valorização do carnaval do povo e para o povo, esses somente viriam conquistar o merecido reconhecimento das suas festividades carnavalescas na década de 1940, quando as emissoras de rádio paulistanas demonstraram interesse pelos folguedos populares. Com a imprensa escrita, isso viria a ocorrer somente vinte anos mais tarde, em 1960, em virtude da grande valorização que as Escolas de Samba conseguiram despertar na sociedade paulistana.

Registros desde as primeiras décadas do século XX apontam que o samba, ou batuque, se concentraram nas cidades paulistas situadas ao longo do rio Tietê, como

Santana do Parnaíba, Mauá e Pirapora, esta última tida como um santuário e ponto de encontro dos sambadores, que é a denominação dada aos adeptos dessa dança.

Outros romeiros que lá se encontravam, provinham de cidades, nas quais era muito difundido o batuque de umbigada⁷, como Piracicaba, Sorocaba, Tietê e Campinas. Paralelamente às comemorações religiosas no Estado de São Paulo e na própria capital, havia também a parte profana dos festejos que:

[...] ficava a cargo do Samba de Bumbo em alguns redutos negros da capital paulista, como o Bixiga, o Largo da Banana na Barra Funda, onde também se jogava a Tiririca ou pernada, e os bairros do Jabaquara e do Glicério (DIAS *et. al.*, 2003, p. 15).

Bairros paulistanos como a Barra Funda, o Bixiga, a Vila Matilde e a Vila Esperança localizados nas imediações da zona leste, a Vila Maria, o Parque Peruche entre outros, mantém vivas até hoje as manifestações carnavalescas. Tal fato se comprova pela existência das tradicionais escolas de samba como: Grêmio Recreativo Mocidade Camisa Verde Branco; Grêmio Recreativo e Cultural Vai-Vai; Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Nenê de Vila Matilde; Grêmio Recreativo Cultural Social Escola de Samba Unidos de Vila Maria; Grêmio Recreativo Cultural Social Escola de Samba Unidos do Peruche, entre tantas outras espalhadas pela cidade.

Logo o elemento para a constituição das Escolas de Samba encontrava-se na própria capital, ou seja, na cidade de São Paulo, cujo modelo era o Cordão, por muitas vezes constituído dentro do sistema familiar, como aponta Moraes (1978, p. 24).

Em São Paulo o Cordão antecipou a Escola de Samba como organização carnavalesca e era através dele que o sambista da época participava das folias de Momo, já que não haviam desfiles com ritmo de samba. Aliás, esse não é

⁷ Dança de terreiro, com dançadores de ambos os sexos, tendo como elemento essencial a umbigada, batida ou encontro dos ventres dos participantes durante a dança. A base instrumental é formada pelo Tambu, Quinjengue, Matraca, Guaiá, e Chocalho, dando suporte para a música caracterizada pelas “modinhas” constituídas por versos que aludem a assuntos variados, e as “carreiras” envolvendo cantigas de desafios (FRADE, 1997).

um fenômeno paulista, pois notícias de grupos, no Brasil, andando pelas ruas ao som de samba só começaram a aparecer nos fins da década de 20.

Retomando as profundas transformações sofridas pelas Escolas de Samba Paulistanas, na década de 1960, Morais (1978, p. 71- 72) recorda:

[...] a partir do carnaval de 1968, as Escolas de Samba Paulistanas passaram a ser estruturadas de acordo com o modelo carioca. Os balizas foram relegados em favor da comissão de frente; o estandarte definitivamente substituído pela bandeira acompanhada por Mestre-Sala e, tornou-se obrigatória a presença de 'baianas'. O enredo assumiu importância capital, passando a definir toda a montagem do desfile. A expressão 'ala' torna-se corrente para designar grupo de componentes representando parte do enredo ou não, e a denominação de 'bateria' passa a substituir a de 'bataque' para o conjunto instrumental. Ficou definitivamente abolida a participação de qualquer instrumento de sopro na parte musical.

Isso ocorreu devido às escolas paulistanas serem taxadas pela sociedade, em sua maioria, como à margem, principalmente se levarmos em conta que os Cordões há muito vinham se descaracterizando de suas raízes optando pela institucionalização de regulamentos instituídos pelo poder público, com aprovação espontânea dos próprios componentes e diretores.

Chauí (1985) afirma que a partir do momento em que o carnaval de rua se tornou um assunto do Estado, foram suprimidos os auxílios concedidos aos blocos e cordões, fazendo-os perder o caráter de escolas de samba celebrativas, conforme modelo importado das cariocas.

Devido a estas transformações no carnaval de São Paulo, foi necessária a transposição de algumas barreiras culturais, uma vez que, na década seguinte foram poucos os interessados dispostos a ocupar as posições de destaque como Mestre-Sala e Porta Bandeira nas Escolas de Samba. Em contrapartida, na cidade do Rio de Janeiro, ocorriam disputas acirradas para tais posições de destaque nas escolas.

Outra questão que destacamos refere-se à obrigatoriedade da ala das baianas nas agremiações paulistanas que, a propósito, não exercia nenhum vínculo cultural com

as respectivas agremiações, devido à referida ala ter surgido no início da década de 1930. Seu surgimento foi uma homenagem das escolas de samba cariocas às tias baianas, assim chamadas àquelas mulheres negras vindas da Bahia para o Rio de Janeiro, no final do século XIX. Estas abrigavam os sambistas em suas casas, promovendo paralelamente grandes saraus, quando o ritmo musical do samba ainda era tido como marginalizado na capital fluminense (MORAIS, 1978; CABRAL, 1996).

A estrutura técnico-organizacional das escolas paulistanas também se modificou com relação à questão musical, pois novos ensinamentos foram disseminados alterando o ritmo percussivo da bateria. Esta que já existia, acabou por revelar todas as tradições regionais, tendo sua essência percussiva derivada do Tambu⁸ e, na dança o despontar ocorreu com a incorporação do cortejo do Mestre Sala para com a Porta Bandeira.

Não podemos negar que as Escolas de Samba – desde o surgimento das primeiras agremiações no Rio de Janeiro e, posteriormente, das demais por todo o Brasil – encontram-se em permanentes transformações. Muitas escolas ao criarem determinadas inovações, objetivando engrandecer seus respectivos desfiles, passam, em algumas ocasiões, a implantar indiretamente o que nos atrevemos a classificar como regulamentos subjetivos, ou seja, critérios de julgamento não constantes na análise dos jurados. Esses regulamentos subjetivos comumente são copiados e tornam-se um pré-requisito, um modelo, a ser seguido pela maioria das demais escolas.

⁸ Termo genérico ao tambor feito de tronco de árvore. O tocador senta sobre o instrumento percussivo, batendo com as mãos em uma das extremidades recobertas com couro, produzindo o som para o batuque de umbigada, muito tradicional na região sudeste. Aqui ressaltamos a grande popularidade dessa manifestação em algumas cidades do interior do Estado de São Paulo. Como já citado anteriormente, além do Tambu, encontramos ainda os instrumentos Quinjengue, Matraca e Guaiá, e o chocalho.

Devemos considerar, ainda, que ao se apropriarem dos regulamentos subjetivos as Escolas de Samba se submetem a regras inexistentes do quadro oficial dos julgadores, mas se sujeitando a uma rigidez tão grande quanto às oficializadas.

Assim, são vários os exemplos observados de forma explícita, ano a ano como: - a ala das baianas perfiladas, procurando transmitir uma determinada disciplina, em um momento que deveriam exprimir, literalmente, o sentido mais amplo da palavra evoluir, enfocando a liberdade de movimentos e a sua própria expressão corporal; - as comissões de frente utilizando-se de tripés ou quadripés, alegorias de menores proporções, atualmente já permitidas pelo regulamento, almejando embelezar esteticamente suas coreografias quando, às vezes, contraditoriamente e inconscientemente conseguem escondê-las; - coreografias pré-estipuladas durante os refrões inibindo a liberdade dos componentes; - corpos esculturais obrigatoriamente ocupando lugares de destaque nos carros alegóricos, a frente das alas, em especial das baterias que, neste último caso, em alguns momentos, se sobrepõe a ação dos ritmistas.

Entendemos pelas evidências apontadas no texto, que nos desfiles carnavalescos, aqui considerados enquanto momento de prazer para grande parte dos desfilantes, estes devem evoluir na avenida demonstrando todo o seu envolvimento com a escola, já que esse tipo de participação deve ser espontâneo.

Apontamentos finais: Terça-feira Gorda de Carnaval ou eterna Quarta-feira de Cinzas.

Os objetivos propostos neste estudo identificaram possíveis inversões nas funções antes desempenhadas somente pelos sambistas paulistanos no início do século XX.

Pois bem, o samba antes proibido pelas autoridades e marginalizado pelas classes mais abastadas, obrigava os sambistas a se recolherem nos porões para dar prosseguimento a esse ritmo tão importante na contemporaneidade.

Uma das principais causas provém da intervenção (ou interferência) por parte do poder público municipal, que ao instituir regulamentos provindos da capital fluminense, com o consentimento dos próprios sambistas, propiciou uma descaracterização da cultura paulistana.

Esse fato se agravou com a hipervalorização dos desfiles das Escolas de Samba – na mesma época e pelo mesmo poder público – que, simultaneamente, deixou de incentivar qualquer outra manifestação de caráter popular, como os blocos e cordões, promovendo reflexos que persistiram ao longo da segunda metade do século XX.

Um desses resultados, ocorrido em 1991, com a Lei 10.831/90 sancionada pela Prefeita Luiza Erundina, foi o de oficializar como responsável o Anhembi Turismo e Eventos da cidade de São Paulo S/A, para a organização dos desfiles do Grupo Especial e do Grupo de Acesso, no então recém inaugurado Pólo Cultural “Grande Otelo” onde se localiza hoje a passarela do samba, popularmente conhecido como Sambódromo, proporcionando novas reformulações públicas de ordem político-administrativas no Carnaval Paulistano.

Outro acontecimento a ser mencionado foi a fundação da Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo (LIGA-SP) em 1986, essa entidade tornou-se responsável pelas agremiações carnavalescas do Grupo Especial e do Grupo de Acesso, respectivamente a primeira e a segunda divisão. Por outro lado, a União das Escolas de Samba (UESP) se incumbiu da organização das Escolas dos Grupos I, II,

III, IV, e também dos Blocos, deixando de representar todas as entidades como fazia desde a sua fundação em 1973.

Não podemos deixar de mencionar o fato ocorrido no dia 15 de abril de 2008, durante o processo de eleição para compor a nova diretoria da LIGA, em que ocorreram divergências entre alguns dos presidentes das Escolas de Samba do Grupo Especial com a LIGA-SP. Estes, insatisfeitos com o processo eleitoral, resolveram fundar a Super Liga das Escolas de Samba (SL). Os desfiles de 2009 aconteceram em dois dias (sexta 20/02/2009 e sábado 21/02/2009), tendo duas entidades administrativas representativas diferentes (LIGA-SP e SUPER-LIGA⁹) respeitando um conselho gestor, mediado pela Prefeitura. Mesmo com esse impasse houve a validação do título do carnaval, tendo como campeã do Carnaval de 2009 a Escola de Samba Mocidade Alegre.

Fato curioso a ser resgatado, aconteceu em 1995, publicado pelo periódico Folha da Tarde, evidenciando a desvalorização das manifestações populares mais simples e não menos importantes como os blocos.

O carnaval de 1996 pode voltar para a Avenida Tiradentes no bairro da Luz. Os dirigentes da União das Escolas de Samba Paulistanas tomaram a decisão na sexta feira (13/10/1995), em resposta ao Anhembi, que pretendia excluir os blocos especiais do desfile de abertura (das escolas do Grupo 1).

Tal fato não se consolidou, os blocos desfilaram com toda a sua essência popular preservando o que a história nos tem revelado; que é por meio dos blocos e cordões que os sambistas pertencentes às classes menos abastadas, participavam e participam das festividades carnavalescas desde o seu início.

⁹ Para maiores informações tanto da Liga das Escolas de Samba (LIGA-SP), como da Super Liga das Escolas de Samba (SL) consultar os respectivos sites: <http://www.ligasp.com> e <http://www.superligacarnaval.com.br/>

Por fim, uma coisa é certa, nada retrata tão bem a nossa identidade do que a festa momesca, pela qual a história tem nos mostrado a diversidade cultural e as regionalidades do nosso país, mesmo que em alguns casos tentem descaracterizá-la indevidamente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- CABRAL, S. **As Escolas de Samba do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Lumiar, 1996. 448 p.
- CAVALCANTI, M. L. V. de C. **Carnaval carioca: dos bastidores ao desfile**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 3. ed. rev. e amp. 267 p.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e Resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985. 179 p.
- COSTA, H. **100 anos de Carnaval no Rio de Janeiro**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2001. 250p.
- DIAS, P. A. F. *et. al.* **São Paulo corpo e alma**. São Paulo: Associação Cultural Cachuera, 2003. 63p.
- DUMAZEDIER, J. **Valores e conteúdos culturais do lazer: Planejamento do lazer no Brasil - A teoria sociológica da decisão**. São Paulo: SESC, 1980. 176 p.
- EMPRESA privada assume Carnaval Paulistano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1986. Caderno Cidades, p. 6.
- FERREIRA, F. **O livro de ouro do carnaval brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. 421 p.
- FRADE, C. **Folclore**. São Paulo: Global, 1997. 69 p. (Coleção para entender).
- GIL, A C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 208p.
- MACEDO, C. C. Algumas observações sobre a questão da Cultura do povo. In: VALLE, E.; QUEIROZ, J. J. (Org.). **A cultura do povo**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1982. 144 p.
- MANZATTI, M. **Samba a paulista: Fragmentos de uma história esquecida**. São Paulo. TV Cultura – Fundação Padre Anchieta. 05 de janeiro de 2001. Comentário concedido para elaboração do documentário Samba a Paulista.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: Uma introdução**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000. 128 p.

_____. Lazer e cultura: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Lazer e cultura**. Campinas: Alínea, 2007. p. 09 – 30.

MELO, V. A. de. Terreirão do samba: resistência e contra-resistência no carnaval do Rio de Janeiro. **Licere**, Belo Horizonte, v. 3, n 01, p. 93 – 104, 2000.

MORAIS, W. R. **Escolas de samba de São Paulo (Capital)**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. 167 p.

MUSSA, A.; SIMAS, L. A. **Samba de enredo - história e arte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NARLOCH, L. **Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil**. São Paulo: Leya Brasil, 2009. 304 p.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Carnaval Brasileiro: o vivido e o mito**. São Paulo: Brasiliense, 1992. 237 p.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 144 p.

SAMBISTAS querem carnaval na Avenida Tiradentes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 out. 1995. Caderno Vespertino da Folha de São Paulo.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico: Aspectos técnicos da redação**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 251 p.

SÃO PAULO. Lei nº 10.831/1990. Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/negocios_juridicos/cadastro_de_leis/index.php?p=325>. Acesso em: 10 set. 2009.

SIMSON, O. R. de M. V. **Branco e Negro no Carnaval Popular Paulistano (1914-1988)**, São Paulo, 1990, 245 f., Tese (Doutorado) Antropologia Social. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo - USP, São Paulo, 1990.

SIMSON, O. R. de M. V. **Carnaval em Branco e Negro**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. 396 p.

UESP – União das Escolas de Samba Paulistanas. **Centro de Documentação e Memória do Samba (CDMS)**. Disponível em <http://www.uesp.com.br>. Acesso em 23 nov. 2009.

VALENTIN, P. Paulinho Madrugada luta pelo samba de quadra. **Folha da Tarde**, São Paulo, 01 Jul. 1975. Caderno Vespertino da Folha de São Paulo.

Endereço do Autor:

Denis Terezani
Rua Xisto Quadros Aranha, 315
Bairro Nova América
CEP 13.417-442 – Piracicaba – São Paulo
Endereço Eletrônico: denisterezani@yahoo.com.br